

Maceió, 10 de junho de 2020

Exmo. Senhor  
**José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**  
Governador do Estado de Alagoas  
Maceió, AL

Assunto: **Plano emergencial para os que produzem alimento no campo alagoano**

A CPT, o MLST, o MST, o MTL, o MLT, o MUPT e o Terra Livre, organizações sociais de luta pela terra e reforma agrária em Alagoas, por seus/suas coordenadores/as, vem expor e ao final requerer.

Diante das consequências negativas da pandemia da Covid-19 na produção de alimentos pelas famílias camponesas, apresentamos a seguir o “**Plano emergencial para os que produzem alimento no campo alagoano**”. Nele, propomos um conjunto de políticas e ações com objetivo de garantir a produção de alimentos saudáveis e o abastecimento popular, contando com o suporte técnico e econômico do governo estadual.

Ciente de que o Governo do Estado de Alagoas é aberto ao diálogo com os setores do campo e da cidade, solicitamos uma audiência online para discutir as referidas proposições, com vistas a assegurar vidas e evitar um cenário de insegurança alimentar.

Respeitosamente,

  
Comissão Pastoral da Terra – CPT

  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Movimento de Luta pela Terra – MLT

  
Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST

  
Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL

  
Movimento Unidos pela Terra – MUPT

Terra Livre

## **Plano emergencial por garantia da produção de alimentos e abastecimento popular**

### **Proposições para o Governo de Alagoas ante a pandemia da Covid-19**

Observando o atual cenário brasileiro, é possível afirmar que estamos diante de um quadro de devastação da vida: a pandemia da Covid-19. Esse mal alterou os cotidianos e contribuiu, a partir do primeiro trimestre de 2020, para a grave e profunda crise sanitária, política e econômica que expõe, ainda mais, as desigualdades sociais. Se não bastasse esse quadro caótico, ainda temos de lidar com a insensatez ideológica do presidente da República: enquanto a ciência e o bom senso imploram pela permanência em casa, o governo federal cobra dos governadores o fim do isolamento social, colocando em risco a vida do povo e da natureza. Nega a ciência e se aproveita do momento de pandemia para avançar na retirada dos direitos conquistados, na oficialização da grilagem de terras, no enfraquecimento dos órgãos ambientais e no massacre das comunidades.

Essa tribulação exige da sociedade e dos governos medidas emergenciais de proteção da vida, em particular as mais vulneráveis. Indubitavelmente, é um dos períodos mais desafiadores da nossa história recente. Por essa razão, é urgente que sejam feitas intervenções visando evitar o crescimento da miséria e da fome.

Compreendemos ser essencial que Estado e governos, em suas diversas esferas, apresentem medidas e ações emergenciais, de médio e longo prazo, de enfrentamento a essa pandemia, capazes de amenizar ou neutralizar as suas consequências. É imprescindível que o Governo de Alagoas reafirme o seu compromisso com a população e crie as condições para evitar a perda de vidas e um cenário de insegurança alimentar. Deve propor e acolher práticas e caminhos que possam minimizar os seus efeitos que, decerto, estarão presentes por um longo período e afetarão os empobrecidos de Alagoas, historicamente excluídos da terra, da renda e da moradia.

Com o intuito de contribuir para a proteção das famílias do campo e da cidade, nós, Organizações Sociais de Luta pela Terra e Reforma Agrária em Alagoas, além de reafirmar o compromisso na luta e defesa da vida, elaboramos este plano emergencial, tendo como base: terra/território e produção de alimentos.

Trata-se de um PLANO EMERGENCIAL PARA OS QUE PRODUZEM ALIMENTO NO CAMPO ALAGOANO, com um conjunto de políticas e ações que tem como objetivo garantir a produção de alimentos saudáveis e o abastecimento popular, contando com o suporte técnico e econômico do governo estadual para estimular a agricultura familiar e camponesa; garantir o fomento, a compra e a distribuição desses alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade. Desse modo, as famílias do campo e da cidade terão condições de garantir sua saúde e renda e seguir, sem quebrar o isolamento social.

Os temas alimento e abastecimento são essenciais e prioritários, pois estão diretamente relacionados com o direito à alimentação e, conseqüentemente, interligados com a saúde e a economia.

Assim, diante do grave quadro que vivemos, propomos as seguintes medidas para o fortalecimento da produção de alimentos saudáveis em tempo de coronavírus:

1. ***Criação de um Crédito Emergencial de Fomento*** para as famílias acampadas e assentadas, que vivem no campo, possam organizar áreas de plantio de feijão, milho, batata-doce, hortaliças e outras culturas, para assegurar o abastecimento nos próximos meses em todas as regiões do estado, com ampla inclusão dos camponeses/as sem-terra, quilombolas, indígenas, agricultores.

No seguinte formato:

- a) Crédito subsidiado para garantir a produção, nos valores de R\$ 2.000,00 por família que tenha a terra/território regularizada e R\$ 1.000,00 para as famílias acampadas, repassado numa única parcela;
- b) Crédito sem cobrança de juros e multa, pago através da doação de alimentos no valor do crédito com um bônus de rebate de 50% para os/as que têm a situação da terra regularizada e de 80% para acampados/as;
- c) Os/as beneficiários/as deverão pagar os investimentos em até três parcelas, o que corresponde a até três entregas de produtos no valor total de R\$ 1.000,00 por família regularizada e R\$ 200,00 por acampado/a, num período de no máximo seis meses após a contratação do crédito;
- d) As propostas de investimentos serão apresentadas por associações ou cooperativas representativas dos agricultores/as, indígenas, quilombolas e da reforma agrária;
- e) As propostas de investimentos serão atestadas/aprovadas pelo Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas – Iteral;
- f) A prestação de contas será realizada pela entidade proponente através de nota fiscal ou recibo de entrega da produção a entidade recebedora dos alimentos;
- g) São entidades recebedoras escolas, hospitais, asilos, presídios, creches, organizações sociais, organizações filantrópicas e igrejas que possuam ações com famílias em situação de insegurança alimentar;
- h) A entrega dos alimentos:
  - Serão priorizadas as entregas em entidades próximas à associação ou cooperativa proponente do projeto;
  - Os valores dos produtos terão como base a tabela de preço de PAA. Quando o preço estiver defasado, será considerado o valor de mercado;
  - Com relação ao custo na logística de escoamento, deve-se definir se este será embutido no valor dos produtos ou correrá por conta da entidade recebedora dos alimentos.

2. **Construção de um programa especial para beneficiamentos**, que possibilite agregar valor, mas também armazenamento de derivados por mais tempo, como na produção de farinha, doces, biscoitos etc.
3. **Operacionalização do programa de compra direta** da agricultura através da efetivação do Plano estadual de Aquisição de Alimentos (PAA ALAGOAS), projetado pelo próprio governo, com investimentos de 15 milhões, para serem doados para instituições filantrópicas, escolas e comunidades carentes.
4. **Definição de uma política estadual de compra institucional** de alimentos da agricultura familiar e camponesa por escolas, hospitais e outros equipamentos públicos, com os recursos que já existem e são utilizados pelas secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras.
5. **Aquisição e regularização de terras**
  - a) Adquirir as áreas da massa falida do grupo João Lyra – Terras da Usina Laginha;
  - b) Regularizar a área experimental de Igaci (pertencente ao Estado de Alagoas) e as terras às margens do canal do sertão, ocupadas por famílias sem-terra, a exemplo do acampamento São Francisco, em Pariconha;
  - c) Adquirir as áreas emblemáticas, a exemplo das Fazendas Sede, Bota Velha e Mumbuca em Murici e da São José em Atalaia.
6. **Suspensão das reintegrações de posses (despejos)**: mediação junto ao Poder Judiciário para suspender, por dois anos, todos os despejos, garantindo segurança para que as famílias invistam na produção de alimentos.
7. **Retomada do comitê estadual de mediação de conflitos agrários** com a atribuição, especial nesse período, para desenvolver e acompanhar ações emergenciais de fortalecimento da produção de alimentos em Alagoas.

Maceió, 10 de junho de 2020

**Comissão Pastoral da Terra – CPT**

**Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST**

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**

**Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL**

**Movimento de Luta pela Terra – MLT**

**Movimento Unidos pela Terra – MUPT**

**Terra Livre**